



FUNDAÇÃO SANTA CABRINI

Órgão Gestor do Trabalho Prisional

CONCURSO PÚBLICO

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

CONTABILIDADE

Data: 14/12/2014

Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 40 (quarenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Língua Portuguesa	Conhecimentos de Legislação	Conhecimentos Específicos
01 a 13	14 a 26	27 a 40

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, régua, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorrida 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

LÍNGUA PORTUGUESA

O REMÉDIO É BRINCAR

Quantas crianças de hoje, quando os pais lhes perguntam se querem brincar (em casa, na rua) ou ir até um *shopping center*, optam pela segunda alternativa? A julgar pelo número elevado de crianças em *shoppings*, principalmente nos fins de semana, inúmeras delas preferem circular por um lugar inteiramente pautado pelos valores da sociedade de consumo (todo fechado, com iluminação artificial) a se entregar a outro modo, menos previsível e mais inventivo, de gastar (investir?) o tempo. Sem contar aquelas cujos pais nem mesmo cogitaram a primeira opção...

Quem associa lazer e tempo livre ao verbo consumir talvez reveja algumas de suas crenças e posturas ao ver o documentário brasileiro *Tarja Branca: a revolução que faltava*, que faz uma defesa eloquente da brincadeira – lúdica, descompromissada, criativa – não apenas na infância, mas também na vida adulta. Dezenas de entrevistados (entre eles os músicos Antonio Nóbrega e Wandí Doratiotto, e os escritores Bráulio Tavares, colunista de *Carta Fundamental*, e Marcelino Freire) lembram, em seus depoimentos ao filme, o que a vida cotidiana perde ao se esquecer do que todos sabíamos muito bem quando éramos crianças.

Uma das perguntas-chave do documentário: saberão disso também as crianças de hoje, boa parte delas vivendo em centros urbanos voltados para o trabalho e o consumo? Dirigido por Cacau Rhoden e produzido pela Maria Farinha Filmes (a mesma de *Criança, a Alma do Negócio* e *Muito Além do Peso*), *Tarja Branca*, cujo título refere-se a uma divertida “medicina psicolúdica”, proposta em um dos depoimentos – sugere, ao apresentar visões diversas sobre o tema, que a educação contemporânea se apropriou da brincadeira, sobretudo na escola, como um “conteúdo programático”. Tirou-lhe, portanto, o que havia de mais essencial, o improvável e a falta de regras, para cercá-la de planejamento e cuidados.

Como resultado dessa política, teríamos uma geração de crianças, especialmente das classes média e alta, que não foi devidamente apresentada ao universo brincante, ou à “linguagem do espontâneo, da alma”, como resume um dos entrevistados. Pais e professores tendem a extrair do filme reflexões sobre como se comportam em relação ao tema com seus filhos e alunos, mas a provocação de Rhoden pode despertar interesse também entre o público que não se encaixa em nenhum desses papéis, ao fazer um diagnóstico da sociedade de consumo, intolerante, em sua lógica perversa, com a cultura do ócio ou com o “ficar sem fazer nada”.

Sérgio Rizzo

(Adaptado de: cartafundamental.com.br)

01. Um aspecto importante da atividade de brincar considerado pelo autor é:

- A) ocorrer em um parque
- B) obedecer a um programa
- C) prezar pela espontaneidade
- D) manter papéis de pai e professor
- E) submeter-se a regras pedagógicas

02. De acordo com o autor, o documentário mencionado pode contribuir para:

- A) desfazer associação entre consumo e lazer
- B) reforçar crenças pedagógicas contemporâneas
- C) desautorizar a visão dos artistas sobre o tema
- D) culpar os professores pela indisciplina fora da escola
- E) responsabilizar os pais por filhos excessivamente mimados

03. Na visão do autor, o filme “Tarja Branca” apresenta reflexões principalmente para:

- A) recreadores de festas infantis
- B) pais e professores
- C) pesquisadores interessados em regular as brincadeiras
- D) músicos saudosos de sua própria infância
- E) diretores de cinema vanguardistas

04. Na primeira frase do texto, o comentário entre parênteses sugere a seguinte crítica:

- A) os pais não levam em consideração a opinião de seus filhos
- B) as crianças pouco estudiosas não sabem responder a perguntas fáceis
- C) os *shoppings* não são locais adequados para as crianças brincarem
- D) as meninas se interessam mais facilmente por roupas e sapatos
- E) os meninos já não gostam mais tanto de futebol como gerações anteriores

05. Uma crítica à educação contemporânea feita pelo autor pode ser sintetizada pela seguinte frase:

- A) Pedagogos são coniventes com a violência entre alunos.
- B) A escola planeja excessivamente o ato de brincar.
- C) As famílias prejudicam a imposição natural de regras.
- D) A medicalização das crianças é uma prática recorrente.
- E) As crianças de classe média têm menos limite em suas brincadeiras.

06. No trecho “gastar (investir?) o tempo”, a dúvida introduzida pelos parênteses indica:

- A) emprego de estilo literário
- B) citação de um texto científico
- C) introdução de sinônimos perfeitos
- D) explicitação de ponto de vista alternativo do autor
- E) visão excessivamente economicista dos pedagogos

07. O trecho “cujos pais nem mesmo cogitaram a primeira opção” mantém seu sentido global em:

- A) cujos pais nem mesmo consideraram a primeira opção
- B) cujos pais nem mesmo rejeitaram a primeira opção
- C) cujos pais nem mesmo ignoraram a primeira opção
- D) cujos pais nem mesmo denunciaram a primeira opção
- E) cujos pais nem mesmo impuseram a primeira opção

08. Em “todos sabíamos muito bem” (2º parágrafo), o emprego do tempo e do modo no verbo pressupõe a seguinte ideia:

- A) talvez não saibamos mais
- B) com certeza continuamos sabendo
- C) saberemos sempre
- D) seguramente não sabemos mais
- E) claramente deixamos de saber

09. No trecho “reveja algumas de suas crenças e posturas ao ver o documentário” (2º parágrafo), o elemento “ao” expressa ideia de:

- A) lugar
- B) comparação
- C) tempo
- D) oposição
- E) negação

10. Para interpretar adequadamente o fragmento “uma defesa eloquente da brincadeira” (2º parágrafo), o leitor pode substituir a palavra “eloquente” por:

- A) clara
- B) discutível
- C) mediada
- D) inconsistente
- E) constrangedora

11. No trecho “como resume um dos entrevistados” (4º parágrafo), a palavra “como” introduz uma ideia de:

- A) causa
- B) comparação
- C) explicação
- D) conformidade
- E) consequência

12. O emprego do futuro do pretérito do indicativo em “teríamos uma geração de crianças” expressa a ideia de:

- A) previsão possível
- B) verdade incontestável
- C) hipótese refutada
- D) fato comprovado
- E) evento rejeitado

13. Em “Como resultado dessa política”, o pronome “essa” retoma a seguinte ideia:

- A) excesso de democratismo dos pais
- B) julgamentos precipitados dos professores
- C) regulação sistemática das brincadeiras
- D) medicina não levada a sério
- E) escolha dos artistas como principais ídolos

CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO

14. Nos termos do Art. 1º do Anexo ao Decreto Estadual nº 41.425, de 06 de agosto de 2006, que altera e consolida o Estatuto da Fundação Santa Cabrini, a FSC possui natureza de:

- A) sociedade de economia mista, integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- B) pessoa jurídica de direito privado, supervisionada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- C) fundação de direito público, subordinada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- D) fundação autárquica, supervisionada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
- E) pessoa jurídica de direito público vinculada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

15. Constituirão recursos da Fundação Santa Cabrini:

- A) os *royalties* decorrentes da exploração de recursos minerais no Estado do Rio de Janeiro
- B) as contribuições de melhoria instituídas pelo Governo Estadual
- C) rendas de bens patrimoniais e outras de natureza eventual, inclusive as resultantes da prestação de serviços
- D) 5% da arrecadação do ICMS
- E) o produto das taxas instituídas pela Fundação Santa Cabrini no exercício de sua função regulatória

16. Nos termos do Art. 1º da Lei Estadual nº 4.984, de 11 de janeiro de 2007, a parcela da remuneração resultante do trabalho do preso destinada ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado é de:

- A) 40%
- B) 30%
- C) 15%
- D) 5%
- E) 2%

17. Sobre as formas de assistência ao preso previstas na Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, uma de suas funções e características é que a assistência:

- A) à saúde do internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas
- B) à saúde será prestada no estabelecimento penal mesmo quando este não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, sendo vedada sua prestação em outro local
- C) jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado
- D) educacional compreenderá a instrução escolar, o trabalho interno, o treinamento e a formação profissional do preso e do internado
- E) social não tem por finalidade promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação

18. O trabalho do preso deve guardar compatibilidade com os normativos vigentes. Dentre estes normativos, a gestão do trabalho prisional deve observar que:

- A) o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser superior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo
- B) o produto da remuneração pelo trabalho deverá atender a todas as suas despesas pessoais
- C) as tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas
- D) o trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho
- E) não se exigirá do condenado o ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a sua manutenção

19. O trabalho externo é direito assegurado ao preso em regime fechado, mas deve levar em consideração a seguinte orientação:

- A) Será admissível somente em serviço ou obras públicas realizados por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou em empresas de familiares, desde que autorizado pelo Juiz competente e pelo Secretário de Estado de Administração Penitenciária em ato conjunto.
- B) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena.
- C) Caberá à Fundação Santa Cabrini remuneração do trabalho do preso, exigindo-se da empresa ou entidade pública o ressarcimento dos valores respectivos.
- D) No caso do emprego de presos em obras públicas, o limite máximo do número de presos será de 20% (vinte por cento) do total de empregados na obra.
- E) Revogar-se-á a autorização de trabalho externo ao preso que for punido por qualquer tipo de falta administrativa.

20. Nos termos da Lei de Execução Penal (Lei Federal nº 7.210/84), o trabalho interno não será obrigatório para o preso:

- A) em regime fechado
- B) em regime de internato
- C) que exercer atividades complementares
- D) provisório
- E) que possuir a respectiva capacitação

21. A prática de atos de improbidade que importem em enriquecimento ilícito sujeitam o servidor à seguinte penalidade:

- A) multa de até cem vezes a sua remuneração
- B) devolução de 50% da evolução patrimonial
- C) suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos
- D) multa de até duas vezes o valor do dano apurado
- E) suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos

22. A ação judicial que vise garantir um direito individual sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício desses direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania é o:

- A) *habeas corpus*
- B) mandado de segurança
- C) *habeas data*
- D) ação civil pública
- E) mandado de injunção

23. Nos termos da Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais possuem aplicabilidade definida como:

- A) imediata
- B) posterior
- C) limitada
- D) ilimitada
- E) mediata

24. Para a habilitação nas licitações, **não** se exigirá dos interessados documentação relativa a:

- A) habilitação jurídica
- B) qualificação técnica
- C) qualificação econômico-financeira
- D) regularidade fiscal e trabalhista
- E) última ata do conselho fiscal

25. Segundo a Lei Estadual nº 5.427/2009, fica impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

- A) mantiver relação íntima com uma das partes interessadas
- B) for primo da parte interessada
- C) tenha participado do processo, exceto se na condição de perito
- D) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado
- E) for cônjuge ou companheiro do chefe da repartição competente para examinar o pedido

26. A investidura do servidor público, *ex officio* ou a pedido, em função mais compatível, por motivo de saúde ou incapacidade física é a:

- A) reintegração
- B) recondução
- C) readaptação
- D) reversão
- E) remoção

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

27. Na elaboração dos orçamentos públicos, são vedadas as autorizações globais, devendo as despesas ser classificadas com um nível de detalhamento tal que facilite a análise por parte das pessoas. Este enunciado é a síntese do seguinte princípio orçamentário:

- A) especificação
- B) exatidão
- C) exclusividade
- D) clareza
- E) legalidade

28. As operações de crédito internas ou externas, com exigibilidades acima de doze meses, contraídas por um ente governamental para cobrir déficit orçamentário ou financiar obras e serviços públicos, constituem no estudo das finanças públicas:

- A) a dívida flutuante
- B) a dívida fundada
- C) o déficit público
- D) a dívida ativa
- E) o passivo contingente

29. Os recursos financeiros arrecadados pelos entes governamentais que aumentam a situação líquida financeira, reduzindo a situação do patrimônio permanente sem, contudo, alterar a situação global, são provenientes da seguinte fonte de receita:

- A) taxas
- B) impostos
- C) contribuições econômicas
- D) alienação de bens móveis
- E) alienação de valores mobiliários

30. De acordo com a legislação aplicada à execução orçamentária e financeira, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até o prazo máximo de:

- A) 90 dias
- B) 15 dias
- C) 30 dias
- D) 45 dias
- E) 60 dias

31. De acordo com a legislação vigente, existe a obrigatoriedade da apresentação pelo Poder Executivo do Anexo de Metas Fiscais, em que são estabelecidas, entre outras, as metas anuais em valores correntes e constantes, relativas a receitas e despesas. Este anexo deverá integrar o seguinte documento de planejamento governamental:

- A) Lei de Diretrizes Orçamentárias
- B) Lei Orçamentária Anual
- C) Plano Plurianual
- D) Plano Diretor
- E) Plano Anual de Financiamento

32. Na Lei Orçamentária Anual de um determinado ente governamental, as dotações consignadas para atender obras de conservação e adaptações dos imóveis públicos classificam-se de acordo com os preceitos da Lei nº 4.320/64 como:

- A) investimentos
- B) inversões financeiras
- C) despesas de capital
- D) despesas de custeio
- E) transferências correntes

33. Uma das determinações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o Poder Executivo dos estados da federação demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública, nas assembleias legislativas, nos seguintes meses:

- A) janeiro – março – outubro
- B) maio – setembro – fevereiro
- C) abril – setembro – dezembro
- D) março – agosto – novembro
- E) maio – outubro - janeiro

34. De acordo com os preceitos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária deverá ser elaborado e publicado por todos os entes da Federação dentro da seguinte periodicidade:

- A) anualmente
- B) semestralmente
- C) quadrimestralmente
- D) trimestralmente
- E) bimestralmente

35. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece um percentual máximo para a despesa total com pessoal em relação à receita corrente líquida para cada ente da Federação. Para os Estados, que possuem um Tribunal de Contas dos Municípios, esse limite para o seu Poder Legislativo corresponde ao seguinte percentual:

- A) 2,5%
- B) 3%
- C) 3,4%
- D) 6%
- E) 2%

36. Um determinado ente governamental, ao elaborar a proposta da sua Lei Orçamentária Anual, deverá obrigatoriamente ter a atenção de incluir todas as receitas e todas as despesas de seus poderes, órgãos, fundos, pelos seus totais, não admitindo as deduções. Tendo em vista esta determinação, o ente governamental estará cumprindo o enunciado do seguinte princípio orçamentário:

- A) legalidade
- B) orçamento bruto
- C) exclusividade
- D) especificação
- E) universalidade

37. No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as contas contábeis estão estruturadas em sete níveis de desdobramento, classificadas e codificadas por meio de nove dígitos numéricos. Na estrutura, o terceiro nível de classificação das contas representa:

- A) a classe
- B) a alínea
- C) o grupo
- D) o elemento
- E) o subgrupo

38. Conforme especificado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Parte V – Demonstrações Contábeis, os demonstrativos de execução dos restos a pagar processados e não processados constituem anexos da seguinte demonstração contábil:

- A) Balanço Patrimonial
- B) Balanço Financeiro
- C) Balanço Orçamentário
- D) Demonstração do Fluxo de Caixa
- E) Demonstração das Variações Patrimoniais

39. Em 25/07/2014, um ente governamental arrecadou uma receita proveniente do pagamento efetuado por contribuinte, de um determinado imposto que não havia sido lançado anteriormente. Para registro desse fato, sob o enfoque da informação de natureza típica de controle, foram utilizadas as contas contábeis classificadas nas seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP:

- A) 1 e 4
- B) 5 e 6
- C) 2 e 3
- D) 7 e 8
- E) 1 e 3

40. Conforme preconizado pela legislação vigente aplicada ao setor público, os entes governamentais deverão, ao final de cada exercício financeiro, apurar os seguintes resultados da sua gestão: o orçamentário, o financeiro e o patrimonial. O resultado patrimonial deverá ser evidenciado e divulgado na seguinte demonstração contábil elaborada em 31 de dezembro:

- A) Balanço Financeiro
- B) Balanço Patrimonial
- C) Demonstração do Resultado do Exercício
- D) Demonstração do Resultado Econômico
- E) Demonstração das Variações Patrimoniais